



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

RESOLUÇÃO Nº , DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018.

Estabelece composição e define suplências para a Câmara Técnica de Análise de Projeto – CTAP; Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS; Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia – CTCT; Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços – CTGRHT; e Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR; e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 9.984, de 17 de julho de 2000, e 12.334, de 20 setembro de 2010, pelo Decreto nº4.613, de 11 de março de 2003, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria MMA no 437, de 8 de novembro de 2013, resolve:

Art. 1º Estabelecer nova composição para as Câmaras Técnicas de Análise de Projeto - CTAP, de Águas Subterrâneas - CTAS, de Ciência e Tecnologia – CTCT, de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços – CTGRHT, e de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR, com mandato de 1º de fevereiro de 2019 até 31 de janeiro de 2021, nos seguintes termos:

I - Câmara Técnica de Análise de Projeto - CTAP:

a) Governo Federal:

1. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
2. Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;
3. Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental;
4. Ministério do Meio Ambiente - Agência Nacional de Águas; e
5. Ministério de Minas e Energia.

b) Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos:

1. Rio Grande do Sul e Santa Catarina;
2. Paraíba, Bahia e Sergipe;
3. Distrito Federal e Paraná.

c) Usuários de Recursos Hídricos:

1. Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário;
2. Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica;
3. Pescadores e Usuários de Água para o Lazer e Turismo;

4. Hidrovias;
5. Indústrias; e
6. Irrigantes

d) Organizações Cíveis de Recursos Hídricos:

1. Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas;
2. Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa; e
3. Organizações Não-Governamentais.

II - Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS:

a) Governo Federal:

1. Ministério da Saúde;
2. Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental;
3. Ministério do Meio Ambiente - Agência Nacional de Águas; e
4. Ministério de Minas e Energia.

b) Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos:

1. Espírito Santo e Minas Gerais;
2. Mato Grosso e Goiás;
3. São Paulo e Rio de Janeiro;
4. Rio Grande do Sul e Santa Catarina; e
5. Rondônia, Amazonas e Pará.

c) Usuários de Recursos Hídricos:

1. Irrigantes;
2. Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário;
3. Indústrias; e
4. Pescadores e Usuários de Água para o Lazer e Turismo.

d) Organizações Cíveis de Recursos Hídricos:

1. Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas;
2. Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa;
3. Organizações Não-Governamentais; e
4. Organizações Não-Governamentais.

III - Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia – CTCT:

a) Governo Federal:

1. Ministério da Saúde;
2. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
3. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
4. Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental;
5. Ministério do Meio Ambiente - Agência Nacional de Águas; e

6. Ministério das Cidades.

b) Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos:

1. Paraíba, Bahia e Sergipe;
2. Distrito Federal e Paraná.

c) Usuários de Recursos Hídricos:

1. Irrigantes;
2. Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário;
3. Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica;
4. Indústrias; e
5. Pescadores e Usuários de Água p/ Lazer e Turismo;

d) Organizações Cíveis de Recursos Hídricos:

1. Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas;
2. Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa;
3. Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa; e
4. Organizações Não-Governamentais.

IV - Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços – CTGRHT:

a) Governo Federal:

1. Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;
2. Ministério da Defesa;
3. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
4. Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental;
5. Ministério do Meio Ambiente - Agência Nacional de Águas; e
6. Ministério de Minas e Energia.

b) Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos:

1. Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

c) Usuários de Recursos Hídricos:

1. Irrigantes;
2. Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário;
3. Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica;
4. Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica; e
5. Pescadores e Usuários de Água para o Lazer e Turismo.

d) Organizações Cíveis de Recursos Hídricos:

1. Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas;
2. Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa;
3. Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa;
4. Organizações Não-Governamentais; e
5. Organizações Não-Governamentais.

V - Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR:

a) Governo Federal:

1. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
2. Ministério do Meio Ambiente - Agência Nacional de Águas; e
3. Ministério de Minas e Energia.

b) Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos:

1. Espírito Santo e Minas Gerais;
2. Mato Grosso e Goiás;
3. São Paulo e Rio de Janeiro;
4. Paraíba, Bahia e Sergipe;
5. Distrito Federal e Paraná.

c) Usuários de Recursos Hídricos:

1. Irrigantes;
2. Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário;
3. Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica;
4. Indústrias;
5. Hidrovias; e
6. Pescadores e Usuários de Água para o Lazer e Turismo.

d) Organizações Cíveis de Recursos Hídricos:

1. Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas;
2. Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa; e
3. Organizações Não-Governamentais.

Art. 2º Estabelecer suplência progressiva observando, quando couber, a manutenção da proporcionalidade por segmento, para a composição das Câmaras Técnicas de Análise de Projeto - CTAP, de Águas Subterrâneas - CTAS, de Ciência e Tecnologia – CTCT, de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços – CTGRHT, e de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR, em caso de exclusão dos seus atuais membros, nos termos do artigo 32 do Regimento Interno do CNRH, da seguinte forma:

I - Câmara Técnica de Análise de Projeto - CTAP:

1. Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica;
2. Organizações Não-Governamentais; e
3. Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa.

II - Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS:

1. Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa;
2. Paraíba, Bahia e Sergipe;
3. Distrito Federal e Paraná

III - Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia - CTCT:

1. Organizações Não-Governamentais;
2. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
3. Hidrovias; e
4. Ministério de Minas e Energia

IV - Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços – CTGRHT:

1. Ministério das Cidades;
2. Paraíba, Bahia e Sergipe; e
3. Irrigantes.

V - Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR:

1. Ministério do Meio Ambiente – Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental;
2. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
3. Ceará, Maranhão e Roraima;
4. Rondônia, Amazonas e Pará;
5. Rio Grande do Sul e Santa Catarina;
6. Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;
7. Ministério das Cidades;
8. Organizações Não-Governamentais;
9. Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa;
10. Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica; e
11. Indústrias.

Art. 3º A indicação dos representantes dos segmentos com mais de um Conselheiro Titular, para as Câmaras Técnicas, deverá ser articulada entre os mesmos.

Art. 4º O membro suplente que assumir a titularidade na Câmara Técnica completará o período do mandato do membro substituído.

Art. 5º Fica revogada, a partir de 1º de fevereiro de 2019, a Resolução CNRH nº 182, de 08 de dezembro de 2016.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDSON DUARTE
Presidente do CNRH

JAIR VIEIRA TANNÚS JÚNIOR
Secretário Executivo do CNRH